


Nacionalização partidária: contribuições de uma nova agenda de pesquisa sobre partidos

Bruno Conceição¹ 

Introdução

A agenda de pesquisa sobre nacionalização partidária é recente, se comparada com outras tradições de pesquisas sistemáticas sobre partidos políticos, como os estudos organizativos, sobre a influência do sistema eleitoral nos sistemas partidários, sobre recrutamento partidário etc. A nacionalização partidária tem sido considerada o resultado da transição da política tradicional, feita em localidades, para a política moderna, mais abrangente para as grandes pautas, sendo, por isso, um dos sinais mais relevantes do desenvolvimento político de um país e da qualidade do regime democrático. Os resultados encontrados pela literatura dos anos 2000, estopim para as pesquisas sobre essa temática, mostraram que ao estarem nacionalizados, ou seja, com homogeneidade eleitoral pelo espaço territorial, os partidos tornam-se elementos mantenedores de democracias estáveis e longevas (Jones e Mainwaring, 2003; Caramani, 2004; Chhibber e Kollman, 2004; Morgenstern, 2005).

Portanto, este artigo almeja contribuir para esse campo de pesquisa trazendo informações acerca da trajetória de formação

dessa agenda de pesquisa, as dificuldades encontradas pelos pesquisadores para aferir a nacionalização, além do estágio recente da literatura sobre nacionalização, por meio da análise do caso brasileiro. Nos últimos anos, houve, por parte de pesquisadores brasileiros, interesse pela questão da nacionalização. Isso se deu principalmente, por um lado, em decorrência do nosso legado de interrupções na consolidação do nosso sistema partidário, e, de outro, pela maior facilidade de acesso a dados empíricos satisfatórios, via Tribunal Superior Eleitoral ou *softwares*¹ de captura de dados eleitorais, que permitem uma mensuração de larga escala sobre a capilaridade eleitoral dos partidos brasileiros.

Origem das pesquisas sobre nacionalização partidária

A preocupação com a nacionalização partidária ganha relevo, inicialmente, nos Estados Unidos. Os trabalhos sobre o comportamento eleitoral nas campanhas presidenciais de meados da década de 1960, e da distribuição de suporte eleitoral do Partido Democrata e do Partido Republicano pelos 50 estados, tornaram-se matrizes dos estudos

1 O *software package electionsBR*, do ambiente de programação R, tem sido de grande valia recentemente para baixar, remover erros e agregar milhares de informações eleitorais diretamente da base de dados do Tribunal Superior Eleitoral. Essa ferramenta trouxe maior exatidão no uso dos dados empíricos das eleições brasileiras. Para acesso ao download desse software e consulta dos tutoriais para uso dos códigos utilizar esse *link*: <<http://electionsbr.com/index.html>>.

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS. E-mail: brunopolitica@gmail.com.
Recebido em: 25/01/2019. Aprovado em: 28/06/2019

posteriores sobre o tema. Na trajetória política norte-americana, republicanos e democratas tiveram seus crescimentos partidários ancorados em pautas sociais gerais, como o incentivo ao capitalismo, o combate à escravidão, a promoção de direitos individuais, o combate ao racismo etc., conseguindo, assim, estabelecer seu longo domínio na política norte-americana.

A obra precursora para as explicações desse bipartidarismo foi o livro *The Semi-sovereign People: a realist's view of democracy in America*, de Elmer Eric Schattschneider, publicado em 1960. Ali foram lançadas as bases de uma teorização acerca dos fatores que estendem o conflito político para a esfera social. Utilizando um número abrangente de informações históricas e de dados empíricos sobre as eleições presidenciais, Schattschneider averiguou como era desequilibrado o jogo de forças partidário no século XIX e como, de maneira gradual, a competição eleitoral tornou-se parelha em decorrência da penetração territorial do conflito político. De acordo com o autor, o conflito move as opções políticas do eleitorado. Portanto, o grupo político que consegue mobilizar a multidão tenderá a vencer qualquer disputa. Todavia, identificar a clivagem social dominante tem sido tarefa árdua para a classe política, já que em cada localidade podem existir clivagens diferentes predominando. Isso restringe o campo de atuação discursiva do político que precisa conquistar votos em diversos locais. Dessa forma, determinar o grau e a extensão do conflito político é de suma importância para o sucesso nas eleições.

Nesse contexto, porém, a coexistência de diferentes clivagens predominantes em locais diferentes acaba favorecendo a divisão territorial dos sufrágios entre vários partidos locais. Esse protagonismo da política local,

por sua vez, é visto como prejudicial à consolidação dos sistemas partidários nacionais. No decorrer dos anos, cada partido predominante em cada região imporia, sem barreiras, suas vontades ao eleitorado, oprimindo os grupos minoritários de cada comunidade. As ações governamentais do partido majoritário seriam, basicamente, clientelistas voltadas sempre para aquela fatia do eleitorado que o elegeu. Decorrências igualmente negativas dessa situação seriam a ausência de debates, a opressão das minorias e uma elevada fragmentação partidária nacional inflada por inúmeros partidos regionais (Schattschneider, 1960, p. 10-11).

A solução para os vícios da política local residiria, na visão de Schattschneider (1960), na extensão territorial do conflito político, ou seja, a nacionalização da política. Essa nacionalização combateria o número exacerbado de possíveis clivagens locais, restringindo-as a um conjunto de questões mais amplas e essenciais, isto é, certa homogeneização do conflito por todo o território e a redução do escopo desse conflito político. Assim, quanto menos conflitos existirem, mais estável a sociedade, desde que, é claro, essa redução não atinja um grau tão mínimo que resultaria na drástica situação de autoritarismo ou mesmo de totalitarismo. Um benefício adicional da nacionalização seria eliminar os monopólios locais de certos indivíduos e promover a maior competitividade partidária ao tornar obrigatória a organização das siglas por todo o país, a fim de disputarem os cargos públicos. Em resumo, a nacionalização da política é mais democrática do que a regionalização, além de estimular a competição eleitoral entre os partidos políticos. Nessa desigualdade de valoração dos conflitos, os assuntos nacionais antecedem os conflitos locais como prioritários na agenda governamental (Schattschneider, 1960, p. 14-15).

Em suma, uma das diferenças mais significativas que a nacionalização provoca na configuração dos partidos é a alteração de seu quadro organizacional e da estrutura da competição eleitoral. A regionalização política estimula a permanência do partido dentro de um território mais circunscrito, por longos ciclos eleitorais, de modo que suas lideranças ficam apartadas de uma interlocução com a diretoria nacional, e isso quando há uma direção nacional, pois muitas vezes toda a estrutura do partido é restrita à região. Além disso, essas lideranças se preocupam apenas com os interesses da clientela local e com a disputa de cargos eletivos regionais. Tornar-se um partido nacionalizado proporcionaria a conquista de mais votos e, por conseguinte, de políticos mais profissionais.

Essa obra pioneira sobre a nacionalização do eleitorado norte-americano sofreu muitas críticas nos anos posteriores à sua publicação. A principal crítica consistia na discordância em relação à tendência de nacionalização do conflito político evidenciada, exclusivamente, pelos resultados eleitorais presidenciais (Claggett, Flanigan e Zingale, 1984; Vertz, Frenreis e Gibson, 1987; Lawson, 1992). Notadamente, os dados presidenciais apontam a força do dualismo entre republicanos e democratas ao longo das décadas, mas qual seria a formatação da disputa política no Legislativo? Conforme demonstraram Claggett, Flanigan e Zingale (1984), a homogeneidade dos votos recebidos pelos congressistas norte-americanos diminuiu pouco, ao longo dos anos, mostrando que incentivos personalistas ou locais dominam a política de algumas regiões, já que existem partidos estritamente estaduais naquele país. Portanto, para o eleitorado, o fator local teria mais impacto na escolha dos candidatos para o Congresso do que fatores nacionais, que exercem maior influência nas

eleições presidenciais (Claggett, Flanigan e Zingale, 1984).

As falhas na versão canônica da nacionalização partidária norte-americana são desveladas, também, na sua falta de rigor teórico-metodológico. Em termos teóricos, há uma confusão entre o significado de nacionalização e a forma como o fenômeno é mensurado. Em sua obra, Schattschneider (1960) utiliza os termos nacionalização e competição como sinônimos, quando, de acordo com Claggett, Flanigan e Zingale (1984), ambos os conceitos devem ser separados na análise, já que enquanto a nacionalização mede a homogeneidade de votos ao redor de distritos ou de estados, a competição eleitoral mensura o grau de conflito partidário. Desse modo, a competição está longe de ser a tradução exata da homogeneização do conflito, uma vez que os partidos podem, por exemplo, ter votações estáveis e, ainda assim, apresentar disparidades no suporte de eleitores em cada localidade. A competitividade partidária é diferente do suporte que eles podem receber do eleitorado.

Esse estudo de Claggett, Flanigan e Zingale (1984) provocou uma renovação na análise da nacionalização, sugerindo caminhos heurísticos e metodológicos alternativos. Não obstante, os dados congressuais, apresentados em seu estudo, não mostraram claramente a composição de forças das bancadas congressistas nos Estados Unidos. Ou seja, faltou a consideração do número efetivo de partidos necessários para refutar a prevalência do dualismo partidário, pois se o Partido Democrata e o Partido Republicano ocuparam, de maneira estável, a maioria das cadeiras do Congresso, temos aí um claro indício de nacionalização do eleitorado norte-americano nos moldes bipartidários. Vertz, Frenreis e Gibson (1987) tentaram equacionar esse problema ao avaliar diferen-

tes tipos de dados eleitorais para medir as diferenças na nacionalização partidária. Seu estudo, mais robusto, reforçou as conclusões antecedentes, mostrando que enquanto as eleições presidenciais favorecem a nacionalização do sistema partidário norte-americano, as eleições para o Congresso têm maior influência local do que nacional.

Ademais, o sistema eleitoral federativo dos Estados Unidos é um fator redutor de apoio para os principais partidos. Com efeito, a redução da capacidade de nacionalização do Partido Republicano e do Partido Democrata é mais acentuada no âmbito municipal. Segundo estimativas, 75% dos postos públicos nas localidades norte-americanas são ocupados por representantes sem filiação partidária, em virtude da legislação de alguns estados que veda políticos profissionais de cuidarem dos assuntos administrativos no âmbito local (Lawson, 1992). Ainda, na concepção dos moradores das pequenas cidades, os interesses de cada cidadão devem sobrepujar os interesses dos partidos. “Na maior parte das cidades dos Estados Unidos, os partidos não têm o direito de nomear os candidatos para as eleições municipais e os candidatos não podem se apresentar como democratas ou republicanos”² (Lawson, 1992, p. 826, tradução própria). A montagem de uma estrutura logística para recrutamento de filiados, comitês partidários, equipes de campanha, especialistas em sondagens, profissionais de *marketing* político etc., em cada município é muito dispendiosa, por isso os partidos organizados há mais tempo estão na dianteira desse processo, especialmente nas cidades do interior. A estruturação de um partido, seja no âmbito municipal ou no estadual, é algo complicadíssimo com as regras que cada estado tem

para normatizar as campanhas, o que dificulta a existência de outros partidos nacionais.

De modo geral, é possível dividir os estudos sobre a nacionalização partidária em duas frentes:

- até meados do século XX, uma fase de pesquisas monográficas sobre a dispersão geográfica dos sufrágios dos eleitores com foco em alguns partidos políticos, como visto no caso norte-americano;
- no começo do século XXI, uma fase de pesquisas comparativas robustas sobre a nacionalização dos sistemas partidários europeus que deram o pontapé para análises em escala global.

Nacionalização partidária na Europa: contextualização de formação da agenda

A renovação das pesquisas que levam em conta a homogeneidade territorial dos votos dos partidos acontece na virada para os anos 2000. Essa área de investigação concentrou-se na análise comparativa da nacionalização partidária no continente europeu, por conta, principalmente, dos rumos semelhantes nas trajetórias nacionais de consolidação dos partidos após a expansão do sufrágio, no começo do século XX, o que possibilitou a profissionalização das organizações partidárias (Kirchheimer, 2012). A obra reconhecidamente inaugural dessa retomada teórico-metodológica é *The Nationalization of Politics*, de Daniele Caramani, na qual o autor sistematiza as principais preocupações dessa nova agenda de pesquisa.

A primeira preocupação foi com o viés histórico. Para Caramani (2004), a nacionalização da política deve ser entendida como um macroprocesso que abrange a naciona-

2 No original: “Dans la plupart des villes des Etats-Unis, les partis n’ont plus le droit de nommer les candidats pour les élections municipales et les candidats ne peuvent pas se présenter comme démocrates ou républicains”.

lização das instituições sociais e das instituições políticas. No continente europeu, a nacionalização da política foi se estabilizando gradativamente, no decorrer dos anos, de modo que a contenda política puramente local, que configurou um período arcaico e precário de estrutura da competição partidária, foi cedendo espaço para um período moderno e profissionalizado da competição eleitoral. Por essa ótica, a democracia representativa só seria viável quando a nacionalização da política estivesse completa, pois os partidos só se tornam de fato estruturados quando têm bases estáveis de votação em todo o território. Por isso a necessidade, apontada em seu estudo, da verificação longitudinal da formação do eleitorado e da consolidação dos partidos em cada país.

A segunda preocupação foi com o viés comparativo. Os trabalhos anteriores tinham de lidar com uma considerável variedade de sistemas eleitorais, além da falta de padronização dos dados, algo que desencorajava as pesquisas comparativas. Nas últimas décadas, entretanto, o continente europeu convive com elevada estabilidade democrática na maioria dos países, o que propiciou o acúmulo de um acervo de dados eleitorais padronizáveis para a comparação sistemática. Assim, Caramani (2004) cobriu cerca de 150 anos de história eleitoral em 17 países europeus. A intenção do autor ao adotar esse largo marco temporal foi mostrar como a nacionalização partidária está relacionada com a fixação de diferentes clivagens em cada território, sendo a oposição entre esquerda e direita a clivagem-chave para a estruturação desses sistemas partidários.

Entre os principais achados dessa pesquisa destaca-se o alto grau de nacionalização dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Sobre isso, Caramani (2004) observou que esse processo foi concluído

em pouco tempo nesse conjunto de nações, logo após a efetivação de suas democracias. De fato, a nacionalização partidária estabeleceu-se mesmo diante de fatores disjuntivos, como a ampliação do sufrágio universal, a permissividade dos desenhos constitucionais, as revoltas agrárias, o processo de secularização, as transformações na estrutura organizativa dos partidos, o avanço dos meios de comunicação de massa e o avanço do Estado de bem-estar social que emergiu ao final da Segunda Guerra Mundial. Portanto, as clivagens estruturantes no período de nascimento dos principais partidos foram capazes de sobreviver em meio a tais fatores disjuntivos, o que impediu que novos conflitos surgissem como os balizadores da disputa política. Dessa forma, os partidos tradicionais obtiveram o controle da política na Europa Ocidental, confirmando a hipótese de “congelamento” dos sistemas partidários europeus (Lipset e Rokkan, 1967).

Uma vez que Caramani (2004) deu esse ponto de partida, análises subsequentes tentaram ampliar suas descobertas acerca da nacionalização dos sistemas partidários europeus, aumentando o número de casos e propondo definições mais rigorosas do conceito e novos indicadores para sua mensuração (Chhibber e Kollman, 2004; Bochsler, 2005; 2006; 2010; Moenius e Kasuya, 2004; Kasuya e Moenius, 2008; Golosov, 2014; Medzihorsky, 2015). Lago-Peñas e Lago-Peñas (2010), por exemplo, utilizaram um escopo temporal de 1945 até 1998, cobrindo o mesmo conjunto de países europeus abordados por Caramani (2004) para testar os efeitos da descentralização política e do controle fiscal na nacionalização desses sistemas partidários. Os resultados encontrados fortaleceram o argumento prévio de que os desenhos constitucio-

nais, sejam mais abertos ou fechados, não contribuíram para um decréscimo na nacionalização dos sistemas partidários. Na verdade, os resultados indicaram pouca correlação entre descentralização e queda na nacionalização dos partidos.

Bochsler (2005), por sua vez, realizou um estudo até então inédito sobre a nacionalização partidária dos países do Leste Europeu. Sua análise se apoiou em dados eleitorais da competição para o Legislativo, de 1990 até 2004, e indicou que a nacionalização partidária é um fator crucial para a consolidação daqueles sistemas partidários. As características nacionais dos partidos da região, de forte heterogeneidade étnica, influenciam a redução do número efetivo de partidos, ou seja, quanto maior a nacionalização, menor o número efetivo de partidos efetivos, e vice-versa. Dessa forma, conclui o autor, os sistemas partidários do Leste Europeu ganharam solidez partidária, mas, para isso, pagaram o custo da proporcionalidade da representação.

Com efeito, o debate conceitual e metodológico desenvolveu-se em duas frentes:

- a busca de uma operacionalização empírica adequada do conceito, abrangendo as dimensões de sua manifestação;
- a maneira mais apurada para sua mensuração com base em dados eleitorais.

Neste último caso, duas perspectivas foram desenvolvidas, sendo uma dinâmica e a outra estática. Recentemente, a perspectiva estática vem se tornando predominante, ao mesmo tempo em que se admite que a nacionalização partidária é um fenômeno multidimensional que deve ser abordado por intermédio de diversos indicadores.

Nacionalização partidária: aspectos teóricos e metodológicos

O problema da nacionalização partidária, inevitavelmente, envolve seu correlato contrário — o regionalismo partidário. A literatura especializada nesse tema se posicionou de maneira valorativa em relação a essa dualidade: nacionalização é algo positivo e regionalismo é algo negativo. Esse viés tem seus problemas e deve ser evitado. Além disso, outro aspecto a ser evitado é a indistinção, que, muitas vezes, provoca certa confusão entre três fenômenos próximos, mas distintos — nacionalização partidária, nacionalização da política [debates] e nacionalização das políticas [públicas]. Esses termos devem ser diferenciados porque retratam fenômenos específicos. A *nacionalização da política* é a homogeneização do debate a respeito de temas que mobilizam os interesses diversos de um país num dado momento. A *nacionalização das políticas* é a formulação e realização de políticas públicas que atingem o território nacional, seja de maneira geral, seja de maneira setorial. Já a nacionalização partidária é a conquista de apoio eleitoral homogêneo, em todo o território nacional, pelas legendas. A nacionalização partidária não implica, necessariamente, na nacionalização completa do debate político e das políticas públicas.

Além disso, o estudo da nacionalização partidária deve abandonar o caráter normativo que defende a nacionalização e condena o regionalismo. Somente assim será possível compreender um fenômeno complexo e dependente de cada contexto social e institucional. A visão negativa da literatura em relação ao regionalismo partidário não decorre tanto da possibilidade de conflito entre políticas regionais e nacionais, mas da concepção de que a corrupção é uma característica endêmica da política local. Isso porque a política local são o espaço próprio e um indicador do tradicionalismo, e a socieda-

de tradicional é um obstáculo, em diversos sentidos, à modernidade. A política local, de acordo com essa visão, está sujeita, sempre, ao clientelismo, ao patrimonialismo, à compra de votos, ao fisiologismo, à patronagem e à violência. A política local é a base da corrupção sistêmica dos agentes públicos. Por isso, para os especialistas, superar o regionalismo político e partidário seria benéfico em dois sentidos: de um lado, para os partidos, pois é essencial a nacionalização do conflito para que sua inserção eleitoral em áreas afastadas do centro industrial das cidades metropolitanas seja incrementado; de outro lado, para o eleitorado, uma vez que favoreceria a construção de laços simbólicos entre os cidadãos de estados distantes, além de configurar uma relação menos particularista entre representante e representados (Jones e Mainwaring, 2003; Caramani, 2004; Chhibber e Kollman, 2004; Morgenstern, 2005).

Não obstante, essa posição normativa favorável à nacionalização deve ser colocada numa perspectiva mais crítica. Em primeiro lugar, todos os fenômenos de distorção do processo político, identificados com o regionalismo, são igualmente encontrados na política nacional. A corrupção transcende o local, não se relaciona com a geografia, não distingue regiões, setores sociais, agentes políticos. Ou seja, nem toda política local é corrupta, clientelista, patrimonialista e fisiológica, assim como nem toda política nacional é plenamente virtuosa e corresponde ao interesse público. Aliás, a própria identificação do que seria o interesse público é uma tarefa longe de ser trivial, e talvez sequer seja viável. Há interesses diversos, locais, regionais, setoriais e todos eles competem pelos recursos escassos do governo. Muitas vezes alguns desses interesses se aliam conjuntamente, outras vezes entram em conflito. Quase sempre prevalece o interesse da maioria, que

pode ser uma aliança entre diversas minorias. Nesse cenário, as políticas regionais são tão legítimas como as nacionais, e pode até haver casos em que políticas regionais ou setoriais sejam consideradas mais legítimas do que políticas que supostamente atendem ao abstrato interesse nacional — basta citar aqui como exemplo as questões envolvendo as populações indígenas e seu conflito com o modelo de desenvolvimento econômico de países como o Brasil.

O estudo sobre a nacionalização partidária levou ao desenvolvimento de um debate conceitual e metodológico bastante intenso a respeito do que se deve entender por nacionalização dos partidos, quais suas dimensões e seus indicadores. Inicialmente, inspirado pela perspectiva de Stokes (1963), um dos pioneiros na análise empírica mais rigorosa desse objeto, um conjunto de pesquisadores procurou apreender o processo de nacionalização partidária pelo exame da variação em seus desempenhos eleitorais em eleições sucessivas. Tratava-se do que Morgenstern, Swindle e Castagnola (2009) vieram a chamar de mensuração dinâmica da nacionalização, que consistia em aferir o quanto a oscilação dos votos dos partidos apresentava variações homogêneas nos diversos distritos numa determinada série histórica de eleições. Então, quanto mais homogêneas as variações nos votos recebidos entre duas eleições, considerando-se todos os distritos eleitorais, mais nacionalizados são os partidos. A unidade de análise aqui não corresponde aos votos propriamente, mas às diferenças nas votações obtidas em eleições subsequentes.

Essa lógica de apreensão do processo de nacionalização tornou-se amplamente aceita e foi aplicada em diversas pesquisas sobre o tema até recentemente (Morgenstern, Swindle e Castagnola, 2009; Alemán e Kellam,

2008; Kawato, Furukawa e Suzuki, 1987; Claggett, Flanigan e Zingale 1984; Butler e Stokes, 1974; Converse, 1969; Stokes, 1963).³ Porém, como notaram Claggett, Flanigan and Zingale (1984), há outra forma de se perceber esse fenômeno, focada não na homogeneidade das diferenças da votação numa sequência eleitoral, mas sim na homogeneidade dos votos recebidos nos distritos numa única eleição. Morgenstern, Swindle e Castagnola (2009) denominaram essa forma de aferição de mensuração estática da nacionalização, que, nos termos de Kawato, Furukawa e Suzuki (1987), apreende as diferenças distritais ou regionais da votação dos partidos numa dada eleição. Nesse caso, a unidade de análise corresponde estritamente aos votos recebidos pelos partidos, e não às diferenças nas votações entre eleições.

A perspectiva estática retoma a noção de nacionalização partidária desenvolvida por Schattschneider (1960), que se preocupava, sobretudo, com a detecção da homogeneidade da votação dos partidos nos distritos do país em cada eleição específica. Jones e Mainwaring (2003) encarregaram-se de difundir essa perspectiva, bem como de propor uma fórmula matemática para sua mensuração, que atualmente vem se tornando predominante nessa linha de pesquisa (Bochsler, 2010; Chhibber e Kollman, 1998; 2004; Caramani, 2004; Jones e Mainwaring, 2003). Isso porque a crítica que esses autores apresentaram à perspectiva dinâmica da nacionalização convenceu diversos pesquisadores a respeito de sua inadequação para capturar o fenômeno. De acordo com eles, a *mensuração dinâmica*, na verdade, apreende a nacionalização dos padrões de volatilidade eleitoral, uma vez que sua unidade de análise é a variação nas votações dos partidos.

Já a *mensuração estática*, por se concentrar na análise da homogeneidade das votações partidárias nos distritos em determinada eleição, de fato captura a efetiva uniformidade da presença dos partidos no território nacional. Isso significa que apenas a mensuração estática é a indicada para o estudo da nacionalização partidária pelo viés da inserção eleitoral das legendas.

Para fazer essa mensuração, o índice de nacionalização partidária utilizado é aquele proposto por Jones e Mainwaring (2003): o Party Nationalization Score (PNS). O PNS é uma adaptação do Coeficiente de Gini para sua aplicação na análise de dados eleitorais. Tal índice, criado pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912, é um índice largamente utilizado em estudos relacionados à distribuição de renda, ao grau de pobreza, à desigualdade social e ao desenvolvimento econômico dos países, pois se trata de uma medida de dispersão/concentração. Isso significa que sua lógica pode ser aplicada a estudos que envolvam quaisquer problemas envolvendo distribuição irregular de valores. Na aplicação de Jones e Mainwaring (2003), o Coeficiente de Gini foi adaptado para mensurar o percentual de votos desiguais recebidos pelos partidos numa mesma eleição, considerando-se as diferentes circunscrições eleitorais do território. Desse modo, para se calcular a pontuação de cada partido é necessário ponderar de maneira igual os distritos. Sua fórmula é a seguinte (Equação 1):

$$Gi = \sum_{i=1}^n (XiYi + 1) - \sum_{i=1}^n (Xi + 1Yi) \quad (1)$$

Em que:

Xi = é a proporção acumulada representada pelo percentual de votos válidos ganhos pelo

3 Para uma análise mais detalhada dessa literatura e desse debate, consultar Vasselai (2015).

Partido X no estado i dividido pela soma das percentagens vencida pelo Partido X em todos os estados;

$Y_i =$ é a proporção cumulativa que qualquer estado representa no número total de estados ou outra subunidade política.

Valores que se aproximem de 1 indicam alta nacionalização partidária. Isso em razão de o PNS ser o resultado do cálculo do Coeficiente de Gini subtraído por 1, já que o interesse principal é medir a dispersão dos sufrágios, no caso, homogeneidade de apoio partidário. A seguir, sua expressão matemática (Equação 2):

$$PNS = 1 - G_i \quad (2)$$

Vários trabalhos subsequentes utilizaram essa metodologia para analisar a nacionalização nos países da América do Sul (Jones e Mainwaring, 2003), da América do Norte e da Ásia (Chhibber e Kollman, 2004), bem como das Europas Central e Oriental (Bochsler, 2005). Podemos depreender, desses trabalhos, que o PNS é um índice confiável, pois segue critérios rigorosos de mensuração:

- utiliza dados primários;
- os dados podem ser decompostos em unidades;
- usa uma normatização que varia entre 0 e 1 ou 100%;
- tem escala de invariância diante de outros fatores;
- tem facilidade de medição computacional (Golosov, 2014).

Antes de encerrar esta seção, cabem duas notas de precaução metodológica na utilização desse índice. Em primeiro lugar, devemos ter atenção redobrada no caso da sua utilização em estudos comparativos (Bochsler, 2006; 2010). Nessa situação, os

resultados do PNS podem sofrer distorções em decorrência da variabilidade encontrada em diversos países no que se refere a três variáveis: o desenho constitucional; as clivagens étnicas; e o sistema eleitoral. Quanto ao desenho constitucional, alega-se que os países com arranjos institucionais descentralizados, principalmente os estados federativos, têm desincentivos para a nacionalização, uma vez que suas “regras do jogo” estimulam *accountabilites* separadas por esfera de governo — regional ou nacional (Rodden e Wibbels, 2010). As clivagens étnicas seriam outro impeditivo, visto que elas dificultam a coesão da população como um todo em torno de questões nacionais (Lipset e Rokkan, 1967). Por último, tem-se a forma de escrutínio, pois supõe-se que a representação proporcional incentiva a fragmentação eleitoral, geralmente associada ao regionalismo partidário. Algo inverso ocorreria com a representação majoritária (Duverger, 1970; Sartori, 2005). Dessa forma, comparar países com sistemas eleitorais diferentes pode levar a inferências inadequadas.

Em princípio, a combinação desses fatores reduziria os índices de nacionalização partidária, já que vários países têm desenhos constitucionais que fogem do modelo mais favorável à nacionalização — Estado centralizado, de sistema eleitoral majoritário e com homogeneidade étnica. A combinação de fatores menos propícios a esse processo estimularia os partidos a se concentrarem em apenas algumas regiões do país, devido às afinidades linguísticas, econômicas, sociais etc., o que resultaria no estabelecimento de poucos vínculos com o eleitorado nacional (Bochsler, 2006; 2010). Num modelo multivariado, uma análise comparativa de países com diferenças significativas em seu desenho constitucional e na sua estrutura social, é

possível testar o peso dessas variáveis explicativas no grau de nacionalização dos partidos, o que é analiticamente positivo. Contudo, não se pode esperar que em países com elevada fragmentação partidária, alta divisão étnica e arranjo federativo — variáveis muitas vezes correlacionadas — não existam diversos partidos regionais.

Nacionalização partidária no Brasil: uma agenda em expansão

Como os estudos iniciais da temática de nacionalização têm apenas duas décadas, é de se imaginar que as escassas publicações sobre a nacionalização partidária no Brasil tenham demorado para começar devido à ausência desse referencial teórico nas análises sobre os partidos brasileiros (Borges, 2015; 2016; Vasselai, 2015; Conceição, 2018). Por outro lado, a literatura costuma atribuir ao desenho constitucional a responsabilidade pela elevada fragmentação partidária e pelo supostamente reduzido grau de nacionalização das legendas no país, em especial o federalismo, a legislação partidária e o sistema eleitoral (Lima Jr., 1983; 1997; Mainwaring, 1999; Roma e Braga, 2002). Quando se trata do padrão das coligações eleitorais, considerando-se níveis de disputa e regiões, os resultados encontrados por Krause (2005) indicam baixa nacionalização.

Em análise recente, Borges (2015) seguiu o caminho de investigar a nacionalização partidária com base no impacto das eleições majoritárias sobre as eleições para a Câmara dos Deputados. Com esse propósito, ele testou a premissa dos efeitos nacionalizantes da eleição presidencial sobre as demais, uma vez que a competição para Presidente, além de ter o distrito de disputa nacional, tem apenas uma cadeira em disputa,

o que provocaria a redução dos competidores a um dualismo de forças políticas. Assim, supõe-se, os dois partidos que conseguem alcançar votação nacionalizada na corrida presidencial induzem os restantes a entrarem nessa competição por meio de coligações, e não por intermédio de candidaturas próprias, já que isso ou seria inviável ou não traria dividendos.

Ao testar o caso brasileiro, essa expectativa teórica pareceu estar parcialmente correta, pois é notória a polarização PSDB/PT nas eleições para Presidente desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. “Dentro dessa lógica,” concluiu Borges (2015, p. 652), “partidos competitivos nas eleições estaduais, mas incapazes de disputar a Presidência, acabariam perdendo espaço para os partidos predominantes na arena presidencial”. Mas, como ele próprio observou, os dividendos dos partidos alheios da corrida presidencial podem ser obtidos na arena estadual, em razão da descentralização federativa brasileira. Ocupar uma chefia de governo estadual traz tantos benefícios para a sobrevivência partidária quanto ser competitivo na arena presidencial. Dessa maneira, os resultados encontrados pelo autor evidenciavam a tendência de gradativa nacionalização do sistema partidário nas eleições para a Câmara dos Deputados de 1989 até 2010.

De modo geral, as pioneiras análises sobre a nacionalização partidária brasileira foram discrepantes. Há estudos que indicam existir dois sistemas partidários, um nacional e outro subnacional, pois em cada estado há lógicas de disputa e de alianças diferentes (Lima Jr., 1983; 1997). Há estudo que mostra que mesmo a coordenação eleitoral nacional não foi capaz de impor um padrão de coligações nas diversas regiões, o que significa que o regionalismo tem força suficiente para resistir aos incentivos à

nacionalização advindos das competições nacionais (Krause, 2005). Há análise indicando que a competição polarizada no PT e no PSDB para presidente exerce efeito atrativo sobre os demais partidos e disputas, gerando incentivos à nacionalização (Borges, 2015). Ainda, há pesquisas que colocam o Brasil entre os países latino-americanos com os menores graus de nacionalização partidária, considerando-se a uniformidade das votações para a Câmara dos Deputados (Jones e Mainwaring, 2003). Jones e Mainwaring (2003), por exemplo, concluíram que os partidos e o sistema partidário brasileiro podem ser enquadrados no conjunto dos menos nacionalizados das Américas. Para eles, os principais partidos brasileiros enfrentam muitos obstáculos institucionais para construir uma organização administrativa com bases políticas nacionais, dificultando votações estáveis e homogêneas em todo o território.

Procurando testar empiricamente tais conclusões, com base numa abordagem de escopo mais amplo, Fabricio Vasselai (2015) verificou a nacionalização partidária brasileira em quatro dimensões, quais sejam: organização, oferta de candidatos, demanda eleitoral e desempenho eleitoral. Ele propôs uma inovação tanto conceitual como operacional para a análise desse tema. A dimensão organizacional busca apreender a uniformidade da presença da estrutura organizacional dos partidos no território nacional. Na competição eleitoral para cargos legislativos em todos os distritos eleitorais, a dimensão da oferta de candidatos contabiliza o montante e a uniformidade na apresentação de candidaturas pelos partidos. A dimensão da demanda eleitoral, ou seja, a votação recebida pelos partidos que deve ser homogênea em todos os distritos. Por fim, a dimensão do retorno eleitoral, que significa a propor-

ção de cadeiras legislativas conquistadas pelos partidos, sendo estas também uniformes ao longo dos distritos.

Os resultados da análise de Vasselai (2015) mostraram que, do ponto de vista da mensuração estática — a mais indicada para a abordagem da nacionalização partidária — e do prisma multidimensional, surge um panorama diferente daquele encontrado na análise comparada de Jones e Mainwaring (2003), na qual nosso sistema partidário foi classificado como um dos menos nacionalizados da América Latina. Como se trata de um fenômeno complexo, conclusões taxativas com base em análises simplificadas podem ser enganadoras, e os dados de Vasselai (2015) mostraram isso. A depender da dimensão considerada, os partidos brasileiros apresentam uma nacionalização baixa ou uma nacionalização relativamente elevada. Por ser um país federativo, com incentivos à criação de novos partidos, até de legendas pequenas e claramente regionais, nosso sistema partidário é bastante fragmentado e, necessariamente, abrigará partidos grandes, médios e pequenos, partidos antigos e novos, assim como partidos mais nacionais e partidos mais regionais. O mais relevante, neste caso, é que os partidos grandes e mais antigos têm estruturas organizacionais consideravelmente nacionalizadas.

No que se refere à definição conceitual de nacionalização partidária e à sua operacionalização empírica, a pesquisa de Vasselai (2015) trouxe relevante contribuição, com ênfase na necessidade de se considerar tratar-se de um fenômeno com múltiplas dimensões e que, portanto, este deve ser abordado, empiricamente, com variados indicadores. Do mesmo modo, sua tentativa de aglutinar aspectos até então estudados de forma mais ou menos isolada num mesmo modelo conceitual e metodológico constitui inegável

contributo à agenda de investigações sobre um objeto cuja abordagem é difícil e sempre está sujeita a polêmicas.

Como se pode perceber, além de ter dimensões, tanto mais amplas como mais restritas, a nacionalização partidária também envolve gradações em seus indicadores. Por exemplo, se considerarmos que, para ser nacional, um partido qualquer deve ter uma organização espalhada de maneira uniforme pelo país, precisa de apoio eleitoral homogeneamente distribuído pelos distritos, necessita defender políticas nacionais e, ainda, ter lideranças de projeção nacional, como lidar com as diferentes gradações que porventura serão encontradas em cada um dos indicadores? A composição desses indicadores num índice demandará a indicação de critérios de difícil justificação, especialmente em decorrência das diversas combinações possíveis de valores dos indicadores. Esse problema agrava-se quando a análise transcende um único partido e abarca diversas legendas, cada qual com gradações diferentes em cada indicador. Diante disso, como tirar alguma conclusão segura acerca do conjunto de partidos? Se concluir algo a respeito de um único partido já será uma tarefa difícil, mais complicado ainda será inferir qualquer coisa para todos os partidos. Uma alternativa seria avaliar como cada partido se posiciona em cada indicador, mostrando que ele é mais nacional por um lado e menos nacional por outro, por exemplo. Mas isso não ajudaria a resolver a questão de se decidir se um partido é ou não nacional afinal de contas.

A pesquisa de Vasselai (2015) propõe a abordagem multidimensional da nacionalização partidária, mas descarta a construção de um índice que sintetize os valores gradativos de cada indicador. Sua conclusão, por isso, aponta para o fato de que os partidos são nacionalizados em algumas dimensões

e regionais em outras. Partindo da premissa de que esse é um fenômeno complexo, seu estudo confirma que se trata mesmo de algo complexo e, assim, chega a um resultado circular e condicional — a nacionalização é maior ou menor dependendo do partido e da dimensão considerada. Porém, ao mesmo tempo, esse tipo de abordagem nos deixa sem uma resposta mais substantiva acerca do problema central: o quanto os partidos são nacionais?

Isso ocorre porque, em termos metodológicos, há um impasse que deve ser superado. Por um lado, a análise do fenômeno pelo exame de apenas uma ou duas de suas dimensões desconsidera sua complexidade e, assim, pode deixar escapar alguns de seus aspectos relevantes. Por outro lado, se abordado em todas as suas dimensões, o caminho da análise desse problema se bifurca em dois becos aparentemente sem saída. Num deles, temos de lidar com a intratabilidade da gradação de valores das diversas variáveis visando à sintetização das informações num único indicador. No outro, a fim de se evitar essa situação, resta-nos a alternativa de se analisar cada índice isoladamente, sem procurar qualquer síntese dos dados, mas daí ficamos distantes de um diagnóstico conclusivo mais geral.

Para superar essa dificuldade metodológica, que também é teórica, a pesquisa de Bruno Conceição (2018) admite a multidimensionalidade do fenômeno e, ao mesmo tempo, mantém uma análise circunscrita ao indicador de desempenho eleitoral dos partidos nos distritos. Na prática, as demais variáveis indicadas por Vasselai (2015) — organização partidária, oferta de candidatos, conquista de cadeiras — são desdobramentos do desempenho eleitoral dos partidos e, por isso, a mensuração da homogeneidade dos votos recebidos por eles nos distritos já é um indicador suficiente das suas

presenças. Se o partido conquistou cadeiras é porque ofertou candidatos e eles receberam votos. Em outras palavras, receber votos é a condição necessária para se conquistar cadeiras e, por sua vez, ofertar candidaturas é a condição necessária para se obter votação.

Portanto, estas variáveis — organização, votos, candidatos e cadeiras — são circulares e medem a mesma coisa, qual seja, o desempenho eleitoral do partido. Ademais, no caso da conquista de cadeiras, há uma variável interveniente que reduz a acuidade da mensuração, que é o sistema eleitoral. Com efeito, as distorções provocadas pelas regras da alocação das cadeiras legislativas contaminam qualquer conclusão sobre a nacionalização partidária no que se refere à obtenção de vagas no parlamento. Isso significa que os resultados da competição não configuram um indicador adequado para o que se quer capturar na análise. O que sobra, a oferta de candidatos, como vimos, só faz sentido como indicador se produzir resultados eficientes, o que quer dizer angariar apoio eleitoral. Então, na prática, a análise da votação dos partidos visando à aferição da homogeneidade de sua distribuição nos distritos é um variável que comporta os demais indicadores que correspondem às dimensões relativas à arena eleitoral.

Diante disso, Conceição (2018) considera que o exame do grau de homogeneidade na distribuição dos votos dos partidos pelo território brasileiro é uma medida de nacionalização que engloba as demais e, por isso, essa é a variável exclusiva de análise. Em termos de operacionalização conceitual, o pesquisador considera que partidos nacionalizados são aqueles que têm uma estrutura organizacional espalhada pelo país e que conseguem obter apoio eleitoral o mais homogêneo possível nas sucessivas eleições nos distritos eleitorais. Em termos analí-

ticos, partidos nacionalizados são aqueles que conseguem obter apoio eleitoral o mais homogêneo possível nas sucessivas eleições nos distritos eleitorais. Em termos analíticos, o grau de homogeneidade das votações foi examinado com base nas eleições para o Legislativo (Câmara dos Deputados e Assembleias Estaduais), pois, conforme se reduz o nível da disputa, do nacional para o regional, mais frequente é a nacionalização (Conceição, 2018).

Entre as conclusões deste estudo, o caso brasileiro mostra que é possível haver nacionalização mais elevada em regimes autoritários do que em democracias. O bipartidarismo de 1966-1978 apresentou os maiores valores de nacionalização partidária. Em segundo lugar, nos três períodos analisados (democracia de 1946-1964, ditadura civil-militar de 1964-1985 e redemocratização de 1986-2014), percebe-se uma quantidade pequena de partidos com índice de nacionalização elevado — PSD [1º período], ARENA e MDB [2º período] e PMDB e PT [3º período]. Foi maior a quantidade de partidos moderadamente nacionalizados nos dois períodos multipartidários — UDN, PTB e PCB [1º período] e DEM, PDT, PP, PR, PSDB, PTB e SD [3º período]. Uma avaliação de conjunto permite concluir que temos um quadro atual de nacionalização moderada das principais legendas, com dois partidos cruciais para a política dos últimos anos, PT e PMDB, com nacionalização elevada. Assim, outra contribuição empírica é apontar a efetividade dos partidos brasileiros no tange à conquista de apoio eleitoral em todo o território. Essa situação é digna de nota especialmente tendo em vista o histórico de interrupções sofridas pelos sistemas partidários, os fatores institucionais que favorecem a fragmentação e a persistente des-

confiança da sociedade em relação às instituições (Conceição, 2018).

Mais recentemente, Wanderley Guilherme dos Santos (2018) também confirmou a nacionalização dos partidos brasileiros a partir de indicadores da oferta de candidaturas partidárias e de desempenho na conquista de assentos legislativos nas esferas nacional e subnacional. Analisando o problema dos partidos periféricos, ou partidos de aluguel no linguajar popular, o pesquisador refuta a tese — corrente nos círculos acadêmicos e na opinião pública — de que os partidos pequenos precisam ser eliminados por alguma engenharia institucional para fortalecer o sistema partidário brasileiro. Pelo contrário, esses partidos periféricos ocupam papel central na nacionalização dos partidos brasileiros ao angariarem sufrágios daquela fatia do eleitorado já descontente com os serviços públicos ofertados pelos partidos tradicionais. Esses partidos pequenos começam a crescer eleitoralmente na medida em que os partidos tradicionais, surgidos do término do bipartidarismo do regime civil-militar, atingem seu limite de penetração territorial e apelo eleitoral. O desgaste dos partidos tradicionais propicia que os votos que seriam desperdiçados na urna, por meio da anulação ou do voto em branco, sejam direcionados para legendas médias e pequenas que conseguem capturar os anseios de determinados grupos sociais espalhados pelo país (Santos, 2018).

Portanto, os partidos brasileiros vêm conquistando espaço territorial ao longo da redemocratização, principalmente nos estados e municípios, contudo tal movimento não é observado com muita força na Câmara dos Deputados, espaço dominado pelos partidos tradicionais. O grande ganho da nacionalização partidária é o estímulo à competição eleitoral e à atração de novos eleitores na vida democrática subnacional. Conforme

Santos (2018), os partidos brasileiros tiveram um histórico de corrida atrás de eleitores pouco afeitos ao processo democrático em razão de variadas limitações: censitária, educacional etc. Desse longo e vagaroso processo, as regiões Norte e Centro-Oeste foram as principais beneficiadas pelo acréscimo de contingente de participação de novos eleitores, observando-se dados de 1950 até 2010, pela ação tanto de políticos da ARENA quanto do MDB. Essa atração de novos eleitores impeliu que os partidos nascentes da redemocratização tivessem de se estruturar por todo o país e não ficassem restritos às regiões de preferência das principais lideranças (Santos, 2018).

Considerações finais

De modo geral, esta revisão da produção acadêmica acerca da nacionalização partidária traz dois tipos de contribuição ao debate. A primeira delas é teórica. Devemos ter o máximo de cuidado para não seguirmos acriticamente, e de maneira automática, a posição consolidada na literatura europeia a respeito da relação direta entre nacionalização dos partidos e estabilidade democrática. Deve-se ter precaução em relação à associação considerada, necessariamente, positiva entre nacionalização partidária, modernidade e processo político virtuoso e eficiente. De maneira semelhante, devemos proceder com cautela ao lidar com a suposta relação direta entre regionalismo político e sociedade tradicional, e entre sociedade tradicional e corrupção ou distorção do processo político. Por isso, a abordagem da nacionalização partidária, na análise do caso brasileiro, tem partido da premissa teórica de que devemos abandonar o viés normativo em favor da nacionalização partidária como solução para todos os problemas políticos das de-

mocracias recentes. Nacionalização é um componente na competição eleitoral e da sobrevivência dos partidos políticos, porém partidos que são mais regionais ainda têm sua importância no jogo político.

A segunda contribuição é metodológica. A nacionalização partidária despida de seu caráter prescritivo de qualidade democrática deixa de ter relevância enquanto um problema de pesquisa e um objeto de análise? Não. O estudo sobre a nacionalização partidária, enquanto fenômeno de evolução dos partidos políticos, é relevante para a detecção do formato que a competição eleitoral vai assumindo ao longo do tempo, considerando-se que há

sempre hipóteses que correlacionam fragmentação partidária e partidos regionais. Nos estudos observados anteriormente, a fragmentação partidária sinaliza a consolidação do que enfraquecimento do sistema partidário. Para as análises futuras sobre a nacionalização partidária no Brasil, os novos estudos requerem um esforço comparativo multidimensional sistemático, ou seja, análises nos diferentes níveis de competição eleitoral: nacional, estadual e municipal. Ou seja, há um vasto campo de dados para explorar, a cada nova eleição, o que pode indicar quais partidos estão mais próximos da longevidade ou da extinção no mercado eleitoral.

Bibliografia

- ALEMÁN, E.; KELLAM, M. The Nationalization of Electoral Change in the Americas. **Electoral Studies**, v. 27, n. 2, p. 193-212, 2008. <http://dx.doi.org/10.1016/j.electstud.2007.10.005>
- BOCHSLER, D. Measuring party nationalization: a new Gini-based indicator that corrects for the number of units. **Center for Comparative and International Studies**, v. 29, n. 1, p. 155-168, 2010.
- BOCHSLER, D. The nationalization of political parties: a triangle model, applied on the Central and Eastern European Countries. **CEU Political Science Journal**, v. 4, p. 6-37, 2006.
- BOCHSLER, D. The puzzle of party system in Central-East Europe: Is party nationalization the key variable? *In*: GENERAL CONFERENCE OF THE EUROPEAN COUNCIL OF POLITICAL RESEARCH, 3., 2005, Budapeste. **Anais [...]**. p. 1-36, 2005.
- BORGES, A. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 651-688, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201555>
- BORGES, A. Subnational Hybrid Regimes and Democratization in Brazil: why party nationalization matters. *In*: BEHREND, J.; WHITEHEAD, L. (orgs.). **Illiberal Practices: territorial variances within large federal democracies**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2016.
- BUTLER, D.; STOKES, D. **Political Change in Britain: The Evolution of Electoral Choice**. Virgínia: St. Martin's Press, 1974.
- CARAMANI, D. **The Nationalization of Politics: the formation of national electorates and party systems in Western Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CHHIBBER, P.; KOLLMAN, K. Party aggregation and the number of parties in India and the United States. **The American Political Science Review**, v. 92, n. 2, p. 329-342, 1998.

- CHHIBBER, P.; KOLLMAN, K. **The Formation of National Party Systems:** Federalism and party competition in Canada, Great Britain, India, and the United States. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- CLAGGETT, W.; FLANIGAN, W.; ZINGALE, N. Nationalization of the American Electorate. **The American Political Science Review**, v. 78, n. 1, p. 77-91, 1984. <http://dx.doi.org/10.2307/1961250>
- CONCEIÇÃO, B. **Nacionalização partidária em marcha: processo de distanciamento dos partidos brasileiros da regionalização.** Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- CONVERSE, P. Of Time and Partisan Stability. **Comparative Political Studies**, v. 2, n. 2, p. 139-171, 1969. <https://doi.org/10.1177%2F001041406900200201>
- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- GOLOSOV, G. Party system nationalization: the problems of measurement with an application to federal states. **Party Politics**, v. 22, n. 3, p. 278-288, 2014. <https://doi.org/10.1177%2F1354068814549342>
- JONES, M.; MAINWARING, S. The Nationalization of parties and party systems: An empirical measure and an application to Americas. **Kellogg Institute Working Paper**, v. 1, n. 304, p. 1-30, 2003.
- KASUYA, Y.; MOENIUS, J. The nationalization of party systems: conceptual issues and alternatives district-focused measures. **Electoral Studies**, v. 27, n. 1, p. 126-135, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2007.09.004>
- KAWATO, M.; FURUKAWA, K.; SUZUKI, R. A hierarchical neural-network model for control and learning of voluntary movement. **Biological Cybernetics**, v. 57, n. 3, p. 169-185, 1987. <https://doi.org/10.1007/BF00364149>
- KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522012000100014>
- KRAUSE, S. Uma Análise Comparativa das Estratégias Eleitorais nas Eleições Majoritárias de 1994, 1998 e 2002: Coligações Eleitorais versus Nacionalização dos Partidos e do Sistema Partidário Brasileiro. *In:* KRAUSE, S.; SCHMITT, R. (orgs.). **Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil.** São Paulo: Unesp/KAS, 2005.
- LAWSON, K. L' évolution des partis politiques américains. **Révue Française de Science Politique**, v. 42, n. 5, p. 819-834, 1992. <https://doi.org/10.3406/rfsp.1992.404344>
- LAGO-PEÑAS, I.; LAGO-PEÑAS, S. Decentralization and nationalization of party systems. **Andrew Young School of Policy Studies**, v. 10, n. 6, p. 1-29, 2010.
- LIMA JR., O. B. **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 1980.** Rio de Janeiro: Loyola, 1997.
- LIMA JR., O. B. **Partidos Políticos Brasileiros: A Experiência Regional e Federal (1945-64).** Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LIPSET, S.; ROKKAN, S. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An introduction. *In:* LIPSET, S.; ROKKAN, S. **Party Systems and Voter Alignments: Cross National Perspectives.** Nova York: Collier-MacMillan, 1967.
- MAINWARING, S. **Rethinking Party Systems in The Third Wave of Democratization: The Case of Brazil.** Stanford: Stanford University Press, 1999.
- MEDZIHORSKY, J. **Rethinking the Measurement of Party Nationalization.** Budapest: Central European University, 2015.

- MOENIUS, J.; KASUYA, Y. Measuring party linkage across districts: some party systems inflation indices and their properties. **Party Politics**, v. 10, n. 5, p. 543-564, 2004. <https://doi.org/10.1177/1354068804045387>
- MORGENSTERN, S. Questions of Party Nationalization. *In*: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 2005, Washington, D.C. **Anais [...]**. p. 1-23, 2005.
- MORGENSTERN, S.; SWINDLE, S.; CASTAGNOLA, A. Party Nationalization and Institutions. **The Journal of Politics**, v. 71, n. 4, p. 1322-1341, 2009. <https://doi.org/10.1017/S0022381609990132>
- RODDEN, J.; WIBBELS, E. Dual accountability and the nationalization of party competition: evidences from four federations. **Party Politics Journal**, v. 17, n. 5, p. 629-653, 2010. <https://doi.org/10.1177/1354068810376182>
- ROMA, C.; BRAGA, M. S. Sistema Partidário, Eleições e a Questão Federativa no Brasil. *In*: PINTO, C. R.; MARENCO, A. (orgs.). **Partidos no Cone-Sul**: Novos Ângulos de Pesquisa. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung, 2002.
- SANTOS, W. G. dos. **A difusão parlamentar do sistema partidário**: exposição do caso brasileiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.
- SARTORI, G. **Partidos y Sistemas de Partidos**: marco para un análisis. Madri: Alianza Editorial, 2005.
- SCHATTSCHEIDER, E. **The Semisovereign People**: A Realist's View of Democracy in America. Nova York: Holt, Rinehart, and Winston, 1960.
- STOKES, D. E. Spatial Models of Party Competition. **The American Political Science Review**, v. 57, n. 2, p. 368-377, 1963. <https://doi.org/10.2307/1952828>
- VASSELAI, F. **Nationalization and localism in electoral systems and party systems**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- VERTZ, L.; FRENDEIS, J.; GIBSON, J. Nationalization of Electorate in the United States. **The American Political Science Review**, v. 81, n. 3, p. 961-966, 1987. <https://doi.org/10.2307/1962686>

Resumo

Nacionalização partidária: contribuições de uma nova agenda de pesquisa sobre partidos

A agenda de pesquisa sobre nacionalização partidária está se consolidando no Brasil, após ganhar repercussão, na virada do século XXI, nas análises dos sistemas partidários europeus. Por que nacionalizar um partido tornou-se importante? Os resultados encontrados pela literatura dos anos 2000 mostraram que ao estarem os partidos nacionalizados, ou seja, com homogeneidade eleitoral pelo território, tornam-se elementos mantenedores de democracias estáveis, competitivas e longevas. Este artigo examina como se desenvolveu a agenda de pesquisa sobre essa temática, seus desdobramentos teóricos e metodológicos, e como esse referencial analítico está produzindo pesquisas promissoras acerca da nacionalização partidária no contexto político brasileiro.

Palavras-chave: Nacionalização Partidária; Partidos; Competição Eleitoral; Brasil; Regionalismo.

Abstract

Party nationalization: contributions to a new party research agenda

The research agenda on party nationalization is consolidating in Brazil, after gaining repercussions at the turn of the 21st century in the analysis of European party systems. Why has nationalizing a party become important? The results found in the literature of the 2000s showed that, provided the parties are nationalized, that is, with homogeneity of electoral territory, they become stable elements of competitive and long-lived democracies. This article examines how the research agenda of this theme was developed, as well as its theoretical and methodological developments, and how this analytical framework is producing promising research on party nationalization in the Brazilian political context.

Keywords: Party Nationalization; Parties; Electoral Competition; Brazil; Regionalism.

Résumé

Nationalisation des partis : contributions à un nouveau programme de recherche du parti

Le programme de recherche sur la nationalisation des partis se consolide au Brésil, après avoir eu des répercussions au tournant du XXI^e siècle sur l'analyse des systèmes de partis européens. Pourquoi la nationalisation d'un parti est-elle devenue importante? Les résultats trouvés dans la littérature des années 2000 ont montré que, puisque les partis sont nationalisés, c'est-à-dire avec une homogénéité électorale sur le territoire, deviennent des démocraties stables, compétitives et durables. Cet article examine comment le programme de recherche de ce thème a été développé, les développements théoriques et méthodologiques, et comment ce cadre analytique produit des recherches prometteuses sur la nationalisation des partis dans le contexte politique brésilien.

Mots-clés : Nationalisation partielle ; Les parties ; Concours électoral ; Brésil ; Régionalisme.

